

Presidente da Mesa: Boa noite a todos. Dado receber ordens para começarmos, parece que está na hora, boa noite a todos.

Como tiveram oportunidade de ver aí na convocatória, trata-se de uma Assembleia Extraordinária, com um único ponto para apreciação na ordem de trabalhos, que certamente também já tiveram oportunidade de ler.

Começava, então, por ler, para iniciar, aqui as substituições: temos a Maria Ferreira, do PSD, que substitui o Jorge Moreira da Silva; no PS, temos o Pedro Rodrigues que substitui Júlio Miranda Calha, e a Fernanda Paredes que substitui Manuel Costa.

Anunciadas as substituições, vamos, então, discutir o ponto da ordem de trabalhos.

Esquecia-me, agora é que eu estou a ver que a Mesa não está composta. E por isso, se alguém se quiser apresentar como voluntário... Alguém quer ser voluntário? Senão tenho que obrigar alguém, um voluntário à força. Se vem a Maria, vem a Maria, senão dizia já aqui ao mais próximo para se apresentar às ordens do Sr. Presidente, com o devido respeito.

Então, estando já a Mesa composta, dava a palavra ao Sr. Presidente. Sr. Presidente, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Boa noite, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, Srs. Representantes da população, membros da população aqui presentes.

Ora, hoje estamos aqui perante um ponto único, que foi já apreciado e votado pelo Executivo, e que vem hoje aqui à Assembleia de Freguesia, com o pedido de fazerem aprovar esta ação, que foi negociada durante os últimos tempos, quer com a Câmara Municipal de Lisboa, quer com a Direção Geral do Património Cultural. Foram negociações intensas, mas que chegaram a bom porto, até hoje. Só falta este procedimento para nós podermos ter, de março até outubro deste ano, uma das maiores exposições internacionais, "Cosmos Discovery", que vai ter lugar agora, aqui, no Terreiro das Missas. E antes de se instalar, eles vão pagar a verba de cem mil euros (100.000€) à Junta de Freguesia, que ficará consignada para a recuperação do Terreiro das Missas. Isso, aliás, foi uma das questões que foi focada pela Direção Geral do Património Cultural, com a Câmara, e até, de alguma maneira, com a própria Presidência da República – que não era obrigatório.

Portanto, isto vai ser uma mais valia para o nosso território, por dois motivos: primeiro, porque finalmente vamos ter dinheiro para juntar aos cinquenta mil (50.000€) que já tínhamos do protocolo de delegação de competências com a Câmara para executar este projeto, que se iniciará logo em setembro; segundo, porque vamos ter a possibilidade de ter uma das maiores exposições internacionais, que neste momento está na Áustria, que vem agora, e que, de facto, estou certo de que vai ser um sucesso e uma mais valia para a cidade de Lisboa, e especialmente aqui para Belém, porque são as mesmas entidades que

organizaram a anterior exposição, do “*Real Bodies*”, que foi na Cordoaria. Obviamente que desta vez é uma situação diferente: há, de facto, uma tenda gigante, que é aquela tenda que costuma ser usada no *Rock in Rio*, lá em cima (não sei se alguém já foi), com aqueles efeitos de luzes, fica até bastante bonito e enquadrado no local. E portanto, será isto, pura e simplesmente. Mas como, realmente, era imperativo esta aprovação do órgão da freguesia, que é a Assembleia, hoje, a Mesa assim atendeu o nosso pedido de marcar esta reunião para nos darem o aval, para que amanhã se possa assinar finalmente o protocolo com a entidade que vai organizar esta ação. E é por isso que eu vos peço a vossa confiança, e que votem esta proposta, efetivamente, porque é bom para Belém, é bom para Lisboa, e é bom para o país.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, muito obrigado.

Dava a palavra aos membros da Assembleia de Freguesia, se alguém a quiser tomar. Tem a palavra Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Teresa Almeida, da Bancada do Partido Socialista. Cumprimentar a Mesa, os membros da Junta de Freguesia, os colegas de Bancada e o público.

Nós temos várias questões para colocar ao Sr. Presidente. Eu começaria por uma que nos parece óbvia: por que não fazer uma ocupação de via pública em vez de um protocolo? São dois caminhos possíveis para esta realização, e obviamente que quando se pensa num protocolo, normalmente está associado a um interesse científico, cultural, filantrópico, aquilo que se entender, para fazer a autorização por esta via, e não por uma ocupação de via pública.

Também gostava de perceber, pensando na ocupação de via pública e na contrapartida financeira que está associada a este protocolo, se foram feitas contas, qual era o valor a pagar se fosse feito através de ocupação – de um licenciamento por ocupação – em vez dos cem mil euros (100.000€) que estão associados a este protocolo, porque o ser pago à cabeça, seria numa situação como na outra; se fosse necessária uma licença, ela também seria paga no momento em que a licença era concedida.

Para além do mais, também a Junta de Freguesia se obriga a outro tipo de compromissos, nomeadamente a licença do ruído, mas também aqui uma frase, que é o apoio à higiene urbana, ou o apoio à limpeza urbana. O que é que isto quer dizer? Quem é que assegura a limpeza de um local que vai ter uma sobrecarga muito significativa de utentes? E portanto, era essa outra das questões que gostávamos de saber, antes de podermos partir para outros considerandos, nomeadamente os pareceres das entidades que estão aqui, quer da Câmara, quer da Direção Geral do Património Cultural, mas que não são tão entusiásticos como isso. Eles são favoráveis, sim, mas põem fortes reservas ao impacto que a tenda tem naquele local, recomendam vivamente, ambos, à Junta de Freguesia que não torne a fazer uma localização para um evento deste

género, ou uma ocupação deste género naquele local, e, estranhamente, ambos referem que atendendo às contrapartidas financeiras, então vamos lá deixar, e vamos dar parecer favorável. Eu, francamente, tenho muitos anos de licenciamentos, nunca tinha visto licenciamentos baseados na contrapartida financeira. Normalmente, qualquer licenciamento tem uma contrapartida financeira, e estou habituada ao rigor da Direção Geral do Património Cultural, nunca tinha visto uma coisa destas. Mas, o Sr. Presidente com certeza que terá feito as suas diligências, como disse, que não foram fáceis, desde obter estes pareceres – foi isso que acabou de referir – e portanto, terá invocado o valor financeiro.

Mas, eu insistia na pergunta: se fosse uma ocupação de via pública, nós temos aqui valores que a Câmara costuma cobrar para este tipo de ocupações – eu não tenho de cor quanto é que a Junta está a cobrar, mas com certeza que o saberá dizer, mas se fosse pelos valores da Câmara, era muito superior aos cem mil euros (100.000€).

Portanto, eram estas as primeiras questões em que gostava de ser esclarecida.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Não sei se alguém mais quer tomar a palavra. Helena Ramalho, faça favor.

Helena Ramalho (PSD): Bem, a Câmara cobra, ou não; no *Rock in Rio*, não. Pronto, eu sei, eu percebi, só que a questão, também me lembrei, o *Rock in Rio* também dava lugar ao pagamento de taxas, e não houve. E certamente a área é muito superior, eu recorde-me que cheguei a fazer cálculos, e era na casa dos três milhões de euros (3.000.000€), ou assim, uma coisa absurda, ou quase. Portanto, pelo menos estes pagam, digo eu.

Era só.

Presidente da Mesa: Era só, Dra. Helena Ramalho? Muito obrigado. Mais alguém quer usar da palavra? Hoje é uma Assembleia Extraordinária, em princípio não (participação dos fregueses). Mas, no final, eu dou-lhe um minuto para dizer o que quer sobre esta questão. É sobre esta questão? Então, eu dou-lhe a palavra, um ou dois minutos, no final, está bom? Muito obrigado.

Margarida Cabral (PSD): Eu só queria dizer, eu não percebo muito bem aqui a preocupação da via pública / protocolo, porque essa dicotomia não existe. Ou seja, a questão é: o protocolo, ou o contrato – que isto, no fundo, é um contrato – é uma forma também de poder permitir a ocupação da via pública, não é uma alternativa à ocupação da via pública, o protocolo. Isto é uma autorização para ocupação da via pública, contratualizada – como sabe, hoje a Lei permite escolher a forma do contrato, conforme se entender, não há nenhuma razão para preferir uma coisa ou outra.

Confesso que não sei quais são as contas, acho que a contrapartida financeira é muito significativa, de cem mil euros (100.000€), que está aqui em causa, e aquilo a que a freguesia se obriga também são as coisas normais, faz sentido aquilo a

que se obriga; ou seja, não há nada aqui que vá para lá do que se tivesse sido por ato administrativo que a freguesia se obrigasse. Parece-me que o que está aqui neste protocolo, está a questão do apoio à higiene urbana, que acredito que se possa definir melhor, penso que é normal que se relacione com a recolha de lixo e limpeza à volta da zona da exposição, que sempre caberia à freguesia. E depois, a questão do licenciamento, está tudo feito, só falta a questão do ruído, e não assume mais nenhuma responsabilidade para além disso mesmo. Está tudo claríssimo, e portanto, nesse aspeto, funciona como uma ocupação de via pública. Quanto à comparação de metros quadrados, taxas da Câmara, isso tem que ser o Sr. Presidente a dizer.

Presidente da Mesa: Já acabou? Já terminou? Muito obrigado. Teresa Almeida, tem a palavra.

Teresa Almeida (PS): Eu queria só reforçar que, de facto, não pus em causa a possibilidade de ser feita esta autorização através de protocolo, não foi nada disso que eu disse. Quando se assina um protocolo, e os pareceres que são recolhidos, na base de uma contrapartida financeira – é esse o relevo que se dá à existência deste protocolo – a pergunta que eu faço em concreto é: se se optasse por uma ocupação de via pública, qual era o valor que daria também, uma vez que estamos a falar de contrapartida financeira, e da necessidade que a Junta de Freguesia terá para depois poder aplicar no local. Portanto, eu não estou a pôr em causa, e só gostava de reforçar isso, com certeza, isto é uma via para se poder. E sendo um protocolo, normalmente também está associado a uma vantagem, como digo, ou de benefício cultural, ou científico, ou de lazer, ou filantrópico, o que for, para ser uma associação que se faz entre duas partes, entre a Junta de Freguesia e o promotor.

E portanto, essa foi a pergunta que eu fiz; não foi pôr em causa, de maneira nenhuma. Gostava que ficasse claro.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Teresa Almeida. Sr. Presidente, há pelo menos uma pergunta em concreto. Se quiser responder, tem a palavra.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Srs. Membros da Assembleia.

Para responder aqui à Sra. Arq.^a Teresa Almeida, sobre este caso específico: de facto, como sabe, a Câmara... não podia ser, por dois motivos. Dizia que podia ser de uma forma ou de outra; eu digo que não, que não podia ser, da outra forma era completamente irrealista, completamente impossível, eram uns milhões valentes. Repare, se fossemos aplicar a taxa que aplicamos numa zona idêntica, um ponto sessenta (1,60€) por metro quadrado por dia, inviabilizava completamente o negócio. E isto, de facto, é um protocolo entre uma entidade privada e uma entidade pública, devido ao alto interesse cultural, e ao alto interesse que vai ter isto, porque vai contribuir para reabilitar um espaço que há anos está para ser reabilitado, e não é reabilitado porque a Câmara, depois de o ter deixado estragar, nunca teve meios financeiros para o arranjar. Portanto, conseguimos sete mil euros (7.000€), à volta disso, não deu para isso. Mas, nós

fomos insistentes, e finalmente conseguimos. Eu percebo o seu não entusiasmo, mas é a vida, temos que lidar com estas coisas, há sucessos que outros conseguem. E finalmente, agora, com este sucesso, já não estamos dependentes de mais nada, só estamos a depender aqui da autorização desta Assembleia, e pagarem-nos logo, à cabeça, os cem mil euros (100.000€). Queriam pagar menos, a primeira proposta foi de setenta e cinco mil euros (75.000€), e nós cortámos as negociações, acabou a brincadeira, e disse “não”. Diligenciámos junto da Direção Geral do Património Cultural, por uma solução já clara que resolva de vez esta questão. Portanto, nunca menos de cem mil euros (100.000€), senão não valeria a pena. E então, foi só a muito custo que foram para os cem mil (100.000€).

Mas, portanto, eu digo que não podia ser de uma forma ou de outra, porque se fosse da forma de ocupação de espaço público – e sabe que eu fiz essa pergunta – era realmente impossível realizar esta questão, e é por isso que nunca ninguém até hoje conseguiu realizar isso, nem a Câmara. E realmente, a nossa sorte foi termos arranjado entidades credíveis, interessadas em trazer isso, e agora, para lhes provar que isto é possível. E, de facto, estamos muito orgulhosos – se isto for aprovado hoje aqui – de termos contribuído para que esta freguesia, para além de ter uma exposição extraordinária, das mais significativas que já houve na nossa cidade, e que vai contribuir depois, também, para em setembro começarmos a reabilitar de vez o Terreiro das Missas, que está num estado deplorável. É evidente que ??? e por isso mesmo é que damos ainda mais valor a isso. Obviamente que quem paga, se calhar acha muito; quem recebe, acha pouco; e quem está de fora, então, acha super pouco, porque não sabe o que é que isto custa, a contratualização. Mas, enfim, estamos no final de uma grande ação concertada com várias entidades, e também aqui tenho que dar especial destaque à própria Câmara Municipal de Lisboa – posso-vos dizer que o Sr. Vice-Presidente, no próprio dia em que houve a decisão da Câmara, telefonou-me às dez e meia da noite para saber se tinha ficado tudo resolvido, o que eu apreciei, porque estava também empenhado nesta situação. E agora, não vamos ter que pagar mais nada. A Junta, como é parceira no protocolo, está isenta de licença pública, como é evidente.

E depois, quanto à parte da higiene urbana, são os trabalhos normais. A higiene urbana, aliás, já limpa aquela zona, depois vai também limpar aquela zona, um bocadinho mais. Mas, atenção, os trabalhos da higiene, da limpeza do próprio evento, lá dentro, isso não é por nossa conta; isso é por conta da entidade que está a organizar aquele evento. Portanto, nós não vamos ter mais nenhuma despesa com aquilo, foi uma das coisas claras que eu fiz logo, e mesmo os próprios trabalhos, as diligências junto da EDP, para ligar aquela parte das luzes, tudo isso, eletricidade, não é nada connosco. Com certeza, podemos ajudar, facilitar alguns contatos, mas porque somos entidade interessada, somos parte neste protocolo. Mas, realmente, o que nos move aqui claramente é o interesse público, que vai sair francamente melhorado, francamente beneficiado com esta dupla ação, que nos orgulha bastante.

Portanto, o que eu lhe digo, não havia uma alternativa de um lado, ou de outro, porque além do mais, há aqui também um investimento que eles têm que fazer,

que não tiveram que fazer quando foi a “*Real Bodies*”, que foi dentro da Cordoaria e já lá tinham as instalações, e que pagaram, salvo erro, oitenta mil euros (80.000€). Vão pagar cem mil (100.000€), mas porque eles vão ter que fazer ali um investimento naquela cobertura total, naquele espaço. E isso também lhes custa caro, mas isso é para eles. Agora, se eles vão ganhar dinheiro, espero que ganhem, com certeza. Até era estranho; até era estranho. Agora, que nós vamos ganhar com esta ação, vamos, e ainda bem; agora, espero que eles também ganhem algum dinheiro, com certeza. Um bom acordo é um acordo que é bom para todas as partes. E aqui está, precisamente: é um bom acordo, pelo menos não conseguimos negociar melhor, mas nos termos em que ele está negociado, depois de várias tentativas que fizemos com outras entidades, etc., até hoje, neste momento para nós era uma coisa fulcral, não podíamos estar dependentes, no final pagava-se ????. Não, nós queremos ter a garantia, logo de início, de que temos o dinheiro, para mal acabarem esta iniciativa, iniciarmos a obra. E foi isso que foi feito, foi isso que conseguimos contratualizar, e é por isso que isso consta nos termos deste protocolo.

De maneira que peço aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia uma aprovação, porque é muito importante para a nossa freguesia esta ação.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado também, Sr. Presidente. Faça favor, tem a palavra, Teresa Almeida.

Teresa Almeida (PS): Portanto, aquilo que eu queria, então, perceber, ou que posso concluir, é que os cem mil euros (100.000€) é exatamente o montante de que precisa para a recuperação. Foi esse, no fundo, o critério que ficou subjacente à negociação, haver um pagamento que pudesse vir a suprir o valor da intervenção no Terreiro das Missas. Posso concluir que foi essa a base.

Presidente do Executivo: Não, eles fizeram-nos uma oferta de setenta e cinco mil euros (75.000€), e nós dissemos “não serve”; no mínimo, cem mil (100.000€), para começarmos a pensar. No mínimo, cem mil (100.000€). Nem mais, nem menos, foi cem mil (100.000€). Foi isso mesmo.

Teresa Almeida (PS): Pronto, muito bem. Agora, aquilo que eu gostava de perceber: de facto, nós tentámos informar-nos, porque não tivemos essa informação nos documentos que nos chegaram, referências internacionais, e infelizmente só aparecia uma iniciativa em Bratislava – que não dizia mal, antes pelo contrário – mas não tivemos capacidade para ver, exatamente, qual era o efeito, o resultado desta iniciativa, pelo número muito significativo que está anunciado, mas que não temos condições para perceber. E portanto, o Sr. Presidente já fez aqui alguma referência, nós gostaríamos de ser mais informados relativamente ao conteúdo desta iniciativa.

E também nos parece que os cem mil euros (100.000€), que foi o valor que a Junta fixou, mas estes bilhetes duplos, cem para funcionários e pessoas afetadas à Junta de Freguesia, e só duzentos e cinquenta para as escolas, parece-nos que

nem sequer cobre a população da escola pública – já não digo de todos os equipamentos educativos, mas parece-me que não há aqui um benefício real, evidente, para os habitantes da freguesia. E como aqui já o meu colega Óscar Rodrigues de certa maneira indiciou, a freguesia, e este atual Executivo anunciou muitas vezes a Praia de Belém, que seria uma iniciativa para disponibilizar à população em geral, não se cobrava nada para poder frequentar. E portanto, quero dizer que acaba o mandato e não têm esta iniciativa concluída; as pessoas, para poderem frequentar este espaço, vão ter que pagar, parece-nos que vão ter que pagar bastante – não é um evento para toda a gente; é um evento para quem pode pagar o bilhete e o acesso. Portanto, não há dúvida de que será, com certeza, para quem pode, um momento – se se justificar, e creio que sim, mas gostava de ouvir sobre isso – a entrada no recinto, mas, no fundo, troca-se aqui a possibilidade de usufruto de um espaço público equipado, lúdico, por um espaço privado, que só quem tem capacidade de pagar – e penso que há aqui alguns valores que estão mais ou menos indiciados nos outros locais da dita exposição a que tivemos acesso, que andam à volta dos dezasseis euros (16€) por pessoa. Não sei se teve condições para perceber e ser informado sobre o valor dos bilhetes, mas... Eu, por acaso, este fim de semana, fui a uma exposição ???, e paga-se muito. De facto, são exposições em que uma família, para poder entrar, já tem um valor muito significativo para poder frequentar. De facto, há gente que pode, mas não é para toda a gente.

E portanto, esta dicotomia, de trocarmos durante os meses de verão um espaço público, de usufruto por todos, por um espaço com um equipamento para um evento, mas que seguramente será só para alguns. Portanto, também aqui temos algumas reservas, e durante tanto tempo. O Sr. Presidente, há pouco, falou em outubro; ambos os documentos de autorização só referem 31 de agosto. Portanto, penso que foi um lapso, isto será até 31 de agosto, mas depois são necessários uns cerca de quinze dias para a remoção do espaço, o que quer dizer que todo o verão vai ficar com esta iniciativa.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Teresa Almeida. Queria dizer alguma coisa? Maria Ferreira, tem a palavra, então.

Maria Ferreira (PSD): Eu só queria dizer que não nos podemos esquecer que temos muitos turistas neste espaço de Belém. Portanto, muitos turistas vão ver a exposição. E tudo quanto é cultural – eu amo o meu país, e fico muito contente, mas mesmo muito, porque não são só as pessoas de cá, as que vivem aqui. Claro que é cá, com certeza, não é para todas as famílias, mas não nos podemos esquecer também que cada vez mais estrangeiros frequentam a nossa freguesia, que é das mais lindas, das mais importantes, a nível mundial. Eu pelo menos sou uma apaixonada, sou assim. Não tem nada a ver com política, tem a ver porque nós somos muito envergonhados, os portugueses. Se o mundo tivesse que agradecer, era aos portugueses, o que fizeram pelo mundo, apesar de terem feito muita coisa má.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Maria Ferreira. Todos nos revemos nesse sentimento. Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Presidente, se quiser apresentar mais algum esclarecimento.

Presidente do Executivo: Sim, depois vou passar a palavra aqui à minha colega Anabela Correia, que tinha pedido a palavra, mas só aqui uma coisa rápida: o *Belém Beach* realizou-se, foi uma ação feita pela primeira vez, com sucesso – podia ter tido mais, mas realizou-se, eu estive lá em várias ações bem interessantes, criou emprego remunerado para algumas pessoas que estavam desempregadas, criou uma zona de lazer no verão, naquela zona que estava abandonada, não gastámos dinheiro, ganhámos pouco dinheiro, sete mil euros (7.000€), dez mil euros (10.000€), assim uma coisa, mas pronto, mas ficámos em casa, praticamente, não deu para recuperar aquilo. Mas isso vai ser retificado agora com esta ação, porque é difícil, é difícil para quem está no poder, nós, autarcas, Executivos, temos que fazer coisas, às vezes, e realmente, desta vez está-nos a sair bem. A outra, deu mais ou menos; pronto, podia ter sido melhor, pois podia, mas aprendemos algumas coisas, mas também não perdemos dinheiro. Desta vez, vamos ganhar dinheiro, e vamos investir naquele espaço. Portanto, foi uma ação positiva.

Quanto a esta ação agora, pusemos aí no anexo, para memória descritiva – se não viram, estão aí as linhas gerais. A exposição é tão grande, tão grande, que está aí uma descrição muito sumária; depois vão ter ocasião de ver a magnitude desta exposição, que é uma coisa fantástica, e portanto, vão ter essa oportunidade. Agora, é evidente que não dá para estar aqui a explicar. Isto é uma exposição de cosmos, astronáutica, por aí fora, uma coisa super sofisticada, com coisas únicas – estão lá fatos, por exemplo, de astronautas, que vai ser pela primeira vez em Portugal visto, e que nunca tinha sido visto, por exemplo, equipamentos únicos. Agora, há quem ache piada, há quem não ache piada; há quem ache um bocado caro, há quem não ache um bocado caro. O relvado, não sei se viram, eu fui lá, vi, achei aquilo fantástico.

Agora, os bilhetes vão ser um pouco mais baratos do que no “*Real Bodies*”, pelo que me disseram, vão tentar que sejam mais baratos, por isso é que até foi incluída aquela situação. Mas, isso é um problema, neste momento, deles, não é nosso, não é da nossa competência. Eles, para poderem vender, também não lhes interessa pôr os bilhetes muito caros.

Mas, gostava, há bocado, de dizer, no referente às contrapartidas – aliás, essa última, das escolas, até foi à última hora que nós conseguimos pôr essa questão, mas eles também vão fazer preços especiais, depois, para as escolas, cerca de trinta por cento (30%). Não foi necessário pôr no protocolo, como por exemplo, termos o bom senso de não pormos as escolas a visitar aos fins de semana, quando há mais gente; pode ser aos dias de semana, quando há menos gente. É bom para toda a gente. Mas, foi razoável. São convites duplos: não são cem convites que a Junta vai ter a possibilidade de oferecer a entidades, ou a elementos da Junta de Freguesia, colaboradores, etc.; são cem vezes dois, são duzentos – são convites duplos. E os outros, não são duzentos e cinquenta; são duzentos e cinquenta vezes dois, quinhentos. É logo o dobro. E se diz que os bilhetes são caros, agora é pegar numa calculadora e ver em quanto é que isso fica, são mais uns dinheiritos interessantes.

Mas, pronto, o que eu quero dizer é que nós vamos ser parceiros desta iniciativa, porque somos parte deste protocolo, e realmente, só vejo benefícios. Agora, dizer: “Podia ter sido mais”, mas podia ter sido muito menos. Agora, continuo a repetir, nunca podia ser por via de ocupação de via pública nos termos tradicionais, porque isso inviabilizaria. Qualquer criança que saiba minimamente de matemática via logo que era completamente impossível ter viabilidade económica se feito nesses termos. Portanto, tinha que ser um protocolo, teve que se arranjar uma verba, que é razoável, e que serve para ambas as partes. E foi isso que foi feito, e foi isso que se fez e que se acordou.

Se tiverem a amabilidade de aprovar isso, agradecemos.

Agora, pedia só aqui à Dra. Anabela para complementar.

Presidente da Mesa: Tem a palavra.

Anabela Correia (Vogal): Eu percebo a questão que põe, e as dúvidas que põe, mas transcende-me um bocadinho o tipo de evento que poderemos oferecer à freguesia. Ou seja, não é só entretenimento; tem âmbito cultural, tem um âmbito pedagógico, acho que é importante, todos os eventos que nos distanciem pura e simplesmente de festivais, e desse tipo de coisas, há aqui um âmbito que eu acho que é importante ter. Obviamente, podia ser melhor negociado, tudo pode ser melhor negociado, mas a experiência que eu tenho profissional nesta área, não está muito longe do que aquilo que as entidades privadas estão dispostas a pagar, mesmo quando fazem protocolos com Câmaras e Juntas. Isto é um tipo de evento que outras Juntas se posicionariam para obter, obviamente que as entidades privadas têm essa noção, e portanto, quando nós estamos a negociar, não estamos a negociar sozinhos; a realização da exposição, se não fosse nesta freguesia, poderia ser noutra. E eu penso que é importante que ela seja cá, que esta verba seja paga à cabeça para que nos permita dar-lhe o destino para a qual foi pensada. As questões das bilheteiras, hoje em dia, até por questões de segurança, não estão a funcionar de portas abertas, porque há custos adicionais, em termos de segurança que os eventos têm que ter e aos quais são obrigados, que hoje em dia o controlo de acessos e de bilheteira assim o exigem, está-se a abandonar um bocadinho eventos de porta aberta, pelas questões de que ninguém quer ter esse problema, e parece-me assim um bocadinho... não percebo a resistência. Ou seja, percebo as dúvidas, não percebo a dúvida da mais valia da realização do evento, quer pelo carácter, quer pela mais valia financeira, até porque está dentro dos preços de mercado.

A outra questão, que eu acho que podemos ver como uma sugestão, é nós discutirmos – não sabemos a pergunta que ia fazer – de podermos, à volta deste próprio evento, criar uma ação de dinamização e de interação com os munícipes, e eventualmente até termos alguns bilhetes e falarmos com o próprio promotor, de ter alguns bilhetes para esse destino, mais no sentido de interação, de dar a conhecer e pôr as pessoas a participar no próprio evento.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Anabela Correia.

Presidente do Executivo: Só quero dizer aqui uma coisa, Sr. Presidente, se me permite. Oeiras, foi-me referido, já nesta fase final, em que nos atrasámos imenso, e não havia decisão ??? Direção Geral do Património Cultural e da Câmara, na altura, os promotores chegaram a falar-me na hipótese de avançar para Oeiras, porque aí sim, já não era preciso a Direção Geral do Património Cultural, nem esta Câmara, seria outra. Estiveram a negociar, e podia ser para aquele espaço onde costuma ser o *Optimus Alive*. Portanto, não me admiro nada, acredito que não fosse *bluff*, mas também me disseram sempre que preferiam nesta zona de Belém, porque era melhor. E por isso, mantiveram-se na zona de Belém. Agora, atenção, neste protocolo, estão praticamente encerradas as condições, era desonesto da nossa parte agora irmos exigir deles mais situações, depois de termos fechado isto, quer dizer, senão nunca mais se fecha nada. Isto foi já negociado, o que não quer dizer que depois não possa haver alguma liberalidade da parte deles próprios, mas não estamos em condições ??? outra vez ???.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Tem a palavra, Margarida Cabral.

Margarida Cabral (PSD): Eu só queria dizer que tenho passado pela zona, e parece-me que a alternativa a isto não é verdadeiramente a fruição do espaço público, porque aquele espaço, neste momento, não pode ser fruído. Ou seja, está num tal estado de degradação – pronto, lá está, não pode ser fruído. Portanto, quer dizer, entre ter uma ocupação, de facto, esta, que esperemos que a exposição seja mesmo boa – pelo que dizem, sim, e eu notei, de facto, o interesse cultural, e de divulgação científica, e de facto, nós temos aqui um défice (nós, portugueses) na divulgação científica, as nossas escolas também precisam desses complementos. E portanto, nesse aspeto, parece-me que isto pode ser uma boa maneira de fazer um “dois em um”: por um lado, ter esta divulgação científica, e depois criar os meios necessários para que depois, de facto, aquele espaço possa vir a ser fruído, que agora ainda não é, e é uma pena, apesar do impacto que me parece ter.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Margarida. Tem a palavra.

Pedro Rodrigues (PS): Boa noite a todos. Pedro Rodrigues, da Bancada do PS.

Eu até percebo todas essas questões financeiras, porque, obviamente, se não houver a componente financeira, é muito difícil poder fazer a reabilitação deste espaço. Mas, também gostaria de alertar que este objeto que está aqui tem um impacto visual que é gigantesco. E portanto, eu acho que a questão aqui não se trata só de uma questão do evento; tem a ver com a posição, o impacto que este objeto tem – aliás, salvo erro foi referido pelas várias entidades – o impacto que este objeto tem na relação visual de todo um espaço que não é só o Terreiro das Missas.

Por outro lado, também gostaria que o Sr. Presidente pudesse dizer-nos alguma coisa sobre esta questão que eu vou agora pôr, a seguir, que é: este espaço é um

terreno com uma dimensão superior ao espaço que vai ter este objeto expositivo. Ou seja, o Terreiro das Missas vai ser ocupado por esta nave, no seu espaço central, mas toda a envolvente continua degradada, brutalmente degradada, e que se de alguma forma houvesse a possibilidade de reabilitar esse espaço, mesmo para uma ocupação do espaço público durante esse período, seria de todo muito lógico. Não sei se será muito lógico fazer uma exposição quando o espaço todo em volta tem a calçada toda solta, com este ambiente degradado, e que, de facto, as pessoas olhem para a Freguesia de Belém e digam assim: “Tudo bem, vão ali pôr um pavilhão, uma nave que aterriza aqui, mas tudo o resto está degradado.” Parece-me um bocadinho negativo.

Disse.

Presidente da Mesa: Tem a palavra, Sr. Presidente, para algum esclarecimento adicional.

Presidente do Executivo: Sim, um esclarecimento adicional: o senhor emprega mesmo uma palavra adequada, é uma nave, é isso mesmo. Já foi ao *Rock in Rio*, com certeza. Lá em cima, vê aquela nave grande, no *Rock in Rio*; agora imagine a nave, numa exposição de astronáutica, é mesmo o adequado, é mesmo uma nave, especialmente até preparada para este efeito. E aliás, como até dizia a documentação, se o senhor fez o trabalho de casa, pode ver isso, porque, de facto, há quem diga ??? a própria característica da exposição é de astronáutica, tem que ter coisas mais altas, por isso é que não pode ser na Cordoaria. Mas, é uma nave interessante, engraçada, e até adequada ao local. À noite, está toda com aquelas luzinhas, e fica com um aspeto super fantástico; e de dia, aquilo está bem enquadrado. Portanto, essa nave é mesmo adequada para este tipo de situação.

Quanto ao resto, eu não estou a perceber o que é que está a dizer: arranjar o quê mais? Está bem, o ??? está a ser arranjado um jardim ??? do outro lado. O parque de estacionamento é o parque de estacionamento. E esta parte toda que vai ser arranjada, é esta zona do Terreiro das Missas, todo o Terreiro das Missas. Por que é que está a falar que a maior parte ??? ser arranjada? Desculpe lá, está relva fantástica de um lado e do outro, com novas plantas...

Pedro Rodrigues (PS): Eu, se calhar, expressei-me mal. Se olhar para a implantação, a nave está só parcialmente a ocupar o espaço central do Terreiro das Missas. E portanto, há toda uma zona envolvente a esta nave, que pertence ao Terreiro das Missas, que não tem qualquer tipo de intervenção, e que não é alvo agora de ocupação. E é esse espaço, que está completamente degradado, que seria interessante ser reabilitado, nomeadamente para utilização pública, que neste momento não vai ser ??? em março, como parece; vai ser só em setembro, pelo que me está a dizer.

Presidente do Executivo: Sim, mas eles vão pôr uma alcatifa em todo aquele espaço – não sei esse pormenor, se é ??? ou não. Pronto, mas eles é que são os principais interessados. Eles vão pôr uma alcatifa por cima daquilo tudo, daquelas alcatifas, por cima dessas terras todas – há o piso com uma alcatifa especial,

portanto, naquele do Terreiro das Missas, que vai ser, no final, todo, mas todo arranjado. Agora, isso já são pequenos pormenores. Eles são os principais interessados que aquilo... Se em março está tudo arranjado ali? Com certeza, vai-se arranjar o melhor possível. A mim disseram-me que vão pôr uma alcatifa. Não faço ideia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado a todos.

Vou pôr à votação. Eu depois dou-lhe a palavra. Pode ser, não pode? Muito obrigado. Eu ponho só à votação, e dou-lhe já a palavra. Dou-lhe já a palavra. Quem vota contra? Quem vota a favor? Quem se abstém? Aprovado, com os votos do PSD e do CDS, em número de sete (7), e cinco (5) votos contra, do PS.

Meu caro amigo, tem a palavra. Eu não sei o seu nome.

Álvaro Santos (Elemento do público): Boa noite. Álvaro da Costa Santos, morador no Bairro de Belém, n.º 4, 1400-306.

Eu estive a apreciar este protocolo, e uma das coisas que eu queria perguntar é se aquele espaço, onde vai ser previsto este evento, se tem autorização da Administração do Porto de Lisboa, porque penso que aquela área está ligada ao Porto de Lisboa. Por isso, está lá uma tabuleta toponímica a dizer “Administração do Porto de Lisboa”.

Por outro lado, eu vi aqui neste protocolo umas exposições apresentadas pelo operador, e despertou-me à atenção qual é o valor que vai ser proposto à população neste evento.

Por outro lado, quem é que vai assegurar a segurança daquela estrutura toda ali, porque eu vejo aqui, na Junta de Freguesia, que tratará de diversas licenças. A licença, por exemplo, de publicidade: a Câmara, com certeza que vai receber o espaço onde a publicidade está exposta. E por que é que dei esta observação? É que isto, esmiuçando, se calhar dos cem mil euros (100.000€), não vai sobrar muito para fazer a reabilitação do espaço. Vejo aqui também o espaço público e o ruído, sem custos para a organização. A colaboração para a promoção e publicidade da exposição junto da Câmara Municipal de Lisboa. Autorização e divulgação dos placares – os placares, com certeza que são na via pública. Promover a exposição no *site* da Junta de Freguesia – a Junta de Freguesia não tem muito esta função, de fazer publicidade a eventos. Distribuição de folhetos promocionais. A Junta tem que fazer, a seus custos, dentro deste plano dos cem mil euros (100.000€), apoio logístico à higiene urbana – isto é tudo dentro da nossa freguesia, a limpeza.

Por isso, era uma explicação que eu gostava de saber, porque por aquilo que me apercebi aqui, estes cem mil euros (100.000€), depois destas despesas todas, não tem aqui qual é o valor real que a Junta de Freguesia vai receber.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Álvaro. Vou dar a palavra ao Sr. Presidente, para prestar alguns esclarecimentos, está bem?

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Sr. Álvaro Santos, para começar: no Restelo tem lá uma placa, realmente, mas isso já foi; isto é, a reforma administrativa da cidade de Lisboa já foi feita, e antes disso houve um acordo que foi feito, na altura, com o Governo, em que do que era da Administração do Porto de Lisboa, houve várias partes que passaram para a Câmara, e este foi um deles. E mais tarde, a Câmara passou para a Junta de Freguesia. Neste momento, é uma das zonas que foi passada, por força da reforma administrativa de Lisboa, para a Junta de Freguesia. E o Porto de Lisboa não manda ali neste terreno.

Quanto ao preço dos bilhetes, isso depende lá deles, já lhes disse. Os outros eram quinze (15€), dezasseis euros (16€); eles estão a fazer para ser um pouco menos, cerca de doze (12€), dez (10€), não sei, depende. Sei que vão fazer atenções especiais para as escolas, com trinta por cento (30%) de desconto, e vão-nos dar alguns, como já falámos.

Publicidade: com certeza, se nós somos parceiros, é normal que promovamos esta exposição. Se tem um interesse cultural, se tem um interesse intelectual, e se realmente é uma exposição com valor para ser vista, a Junta tem a obrigação de contribuir para a sua divulgação. Era só mais o que faltava, mais a mais sendo parceiros. Fizemos o protocolo, se fazemos um protocolo, somos parte. Eles são uma parte, nós somos outra. Portanto, não é normal fazermos a divulgação desta iniciativa? Esta é boa. Então, é só receber os cem mil euros (100.000€)?

E posso-lhe dizer, os cem mil euros (100.000€) não é só o que vai custar aquilo. A Câmara, que fez o projeto, diz que são cento e cinquenta mil (150.000€), mas como é um projeto que a Câmara fez para nós pagarmos, eu acho que até vai ficar mais barato, porque a Câmara faz projetos que são muito caros. Mas, por isso mesmo, à cautela, nós temos cinquenta mil (50.000€) guardados, e estes cem mil (100.000€) vão-se juntar aos outros cinquenta mil (50.000€) que já temos guardados, são cento e cinquenta mil (150.000€). E com isto, eu tenho a certeza que podemos recuperar aquele espaço. Eventualmente até vai sobrar alguma coisa, esperemos. Mas, de qualquer forma, quanto é que nós vamos receber? Com certeza, os cem mil euros (100.000€). Sem isso, a exposição não se inicia.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos encerrar esta Assembleia, mas antes de encerrarmos, temos que aprovar aqui a ata em minuta, que já temos aqui feita. Passo aqui a palavra ao Manuel, que vai lê-la. Tem a palavra.

Manuel Machado (1.º Secretário): Ata em minuta:

“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foi apreciada em Reunião Extraordinária de 20 de fevereiro de 2017 a proposta a

seguir discriminada, constituindo o presente documento, bem como o original da referida proposta, a ata em minuta.

Ponto único: Apreciação e aprovação da Exposição “Expo Cosmos Discovery” a realizar por World Crew Events – Unipessoal, Lda., no Terreiro das Missas, de março a agosto de 2017. Aprovada. Votos a favor, um (1) do CDS-PP e seis (6) do PSD; votos contra, cinco (5), do PS.”

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Manuel Machado.

Temos que pôr isto à votação. Portanto, eu pergunto aos membros da Assembleia: Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Portanto, dou por encerrados os nossos trabalhos. Despeço-me de todos, agradecendo. Muito obrigado, e até à próxima.